



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ACTA NÚMERO 3/XII/ 1.ª SL

Aos dezanove dias do mês de Julho de 2011, pelas 17 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1 – Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

- *Nomeação de Relator(a) para elaboração de Parecer sobre regime de incompatibilidades e impedimentos (PS);*

2 – Discussão e deliberação sobre as metodologias de rotina a seguir no desenvolvimento quotidiano dos trabalhos da Comissão;

3 - Informação sobre a situação da definição das competências materiais das Comissões Permanentes da Assembleia da República;

4 – Eventual discussão e votação do Regulamento da Comissão e do Plano de Actividades para a 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura;

5 – Outros assuntos.

Relativamente ao primeiro ponto da Ordem do Dia, foi nomeado relator o Senhor Deputado João Portugal (PS).

Terminado este ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente informou que a reunião passaria a ser pública e, no que respeita ao segundo ponto, questionou se



havia alguma observação ao documento relativo às metodologias de rotina a seguir no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, o qual havia sido distribuído.

Tendo havido consenso relativamente ao documento, foram aprovadas as metodologias de trabalho relativamente à publicidade das reuniões, à distribuição de iniciativas, ao tratamento de expediente, aos procedimentos relativos aos pedidos do Tribunal para esclarecimento a um depoimento prestado por escrito, devidamente autorizado pela Comissão de Ética, e ao levantamento da imunidade de um Deputado autorizado em anterior Legislatura, bem como sobre a tramitação dos pareceres sobre incompatibilidades e levantamento de imunidade, incluindo os prazos para elaboração dos mesmos, e sobre o tratamento dos pedidos de autorização para prestação de depoimento como testemunhas, jurados ou peritos, e dos processos de substituição de deputados.

No que concerne às grelhas de tempos propostas no documento, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) indicou que, no tocante às audições com membros do Governo, seria importante permitir a participação de deputados de outras Comissões naquelas reuniões, pelo que propunha uma terceira ronda de intervenções de 2 minutos para todos os deputados que pretendessem intervir. A este propósito usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Rodrigues (PSD), João Portugal (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP) para informar que concordavam com a relevância de se permitir a participação de deputados de outras Comissões nas audições com membros do Governo. A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) disse ainda que não via necessidade na introdução de uma 3ª ronda de intervenções, sendo preferível que o tempo da intervenção fosse rentabilizado através de participações concisas e directas e em que fossem colocadas perguntas de forma objectiva, tendo esta intervenção merecido a concordância da Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD). Também o Senhor Deputado João Portugal (PS) discordou da introdução de uma 3ª ronda, defendendo uma 2ª ronda com tempos mais alargados e de acordo com a representatividade dos Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado Raul de Almeida (CDS-PP) sugeriu, como eventual solução de compromisso, a existência de uma 1ª ronda em que todos os Grupos Parlamentares disporiam de um tempo de 6 minutos, uma 2ª ronda em que disporiam de 3 minutos, e uma 3ª ronda em que seriam atribuídos 2 minutos a todos os deputados que

pretendessem intervir permitindo, deste ao modo, aos Grupos Parlamentares maiores recuperarem o tempo de intervenção perdido na distribuição dos tempos nas rondas anteriores. Acrescentou, no entanto, que preferia uma solução em que houvesse apenas duas rondas de intervenções, desde que na 2ª ronda fossem aumentados os tempos e se tivesse em conta a representatividade dos Grupos Parlamentares.

Sintetizando as propostas apresentadas, o Senhor Presidente observou que o Grupo Parlamentar do PCP defendia a existência de três rondas, sendo que na 3ª ronda se permitiria a intervenção de todos os deputados, incluindo os de outras comissões, que pretendessem usar da palavra, enquanto os Grupos Parlamentares do PSD, PS e CDS-PP defendiam a existência de duas rondas, devendo o tempo global de intervenção de cada Grupo Parlamentar respeitar a sua representatividade, mas permitindo-se a intervenção de todos os deputados, incluindo os de outras comissões, dentro do tempo atribuído.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para realçar que a solução das duas rondas nos termos avançados não permitiria um aprofundamento das questões levantadas na 1ª ronda e reiterou a importância das três rondas, tendo justificado que a 1ª ronda visava o pedido de esclarecimentos sobre determinadas matérias, a 2ª ronda a consagração do contraditório e o aprofundamento das questões suscitadas, e a 3ª ronda o diversificar de intervenções e de matérias. Em seguida, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) propôs que fossem fixadas 3 rondas, em que na 1ª ronda cada Grupo Parlamentar tivesse 6 minutos para intervir, na 2ª ronda 3 minutos, e na 3ª ronda o tempo de cada Grupo Parlamentar fosse atribuído de acordo com a sua representatividade.

Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS), Carla Rodrigues (PSD) e Catarina Martins (BE) para concordar com esta última proposta, tendo o Senhor Presidente, concluindo, observado que havia consenso em que fosse fixada uma grelha de tempos nos seguintes moldes:

1ª ronda – 6 minutos a cada Grupo Parlamentar, com resposta individual de igual tempo por parte do membro do Governo;

2ª ronda – 3 minutos a cada Grupo Parlamentar, com resposta global de 15 minutos por parte do membro do Governo;



3.ª ronda – 30 minutos de intervenção a distribuir pelos Grupos Parlamentares de acordo com a sua representatividade (PSD – 13, PS -9, CDS-PP-4, PCP-2 e BE-2) e igual tempo de resposta para o membro do Governo.

No que respeita à grelha de tempos aplicável às audições com outras entidades, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) salientou a importância de haver flexibilidade na gestão dos tempos de intervenção por considerar que estas dependeriam muito da natureza da matéria em causa e da entidade ouvida. Tendo usado da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Carla Rodrigues (PSD) e João Oliveira (PCP), foi consensual a aprovação de uma grelha geral nos termos propostos no documento apresentado pelo Senhor Presidente, adaptável caso a caso.

No que concerne ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que ainda estavam por fixar, em sede de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, as competências das Comissões havendo um conflito de interesses entre a 1.ª Comissão e a 12.ª Comissão relativamente à matéria da Igualdade.

Sobre as competências materiais das Comissões, intervieram as Senhoras Deputadas Catarina Martins (BE) e Inês de Medeiros (PS) para referir que os direitos de autor, no âmbito das questões relacionadas com a comunicação social e a difusão da música portuguesa, assim como com a sociedade de informação, eram matérias que deveriam caber no âmbito das competências da 12.ª Comissão. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) adiantou que as questões da difusão da música portuguesa na rádio e na televisão haviam sido tratadas, em Legislatura anterior, por um Grupo de Trabalho composto por Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e da Comissão de Ética porque acompanhava as questões da comunicação social.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) salientou que a 12.ª Comissão deveria ser a comissão competente em matéria dos direitos de autor, em termos de competência legislativa e de fiscalização, através do acompanhamento das políticas activas.



No que toca ao quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fossem indicados os membros do Grupo de Trabalho que teria a seu cargo a elaboração de um projecto de Plano de Actividades para apresentar à Comissão, tendo sido designados os seguintes senhores deputados:

- Inês de Medeiros (PS), coordenadora;
- Odete João (PSD);
- Vera Rodrigues (CDS-PP);
- Bruno Dias (PCP);
- Catarina Martins (BE).

Por último, no âmbito do ponto cinco da Ordem do Dia, o Senhor Presidente lembrou que o Grupo de Trabalho dos registos de interesses estava a analisar as declarações entregues, e observou que os mesmos deveriam ser todos disponibilizados decorridos 2 ou 3 dias após o prazo limite para entrega dos mesmos, independentemente de, nessa data, o referido Grupo de Trabalho se ter pronunciado ou não sobre eles.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 19 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de Agosto de 2011

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)



Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Maria Gabriela Canavilhas
Mendes Bota
Miguel Laranjeiro
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Rui Caetano
Sérgio Azevedo
António Leitão Amaro
Filipe Neto Brandão
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Manuel Meirinho Martins
Margarida Neto
Miranda Calha
Nilza de Sena
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
António Braga
Luís Pita Ameixa

A presente acta foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 07/09/2011